

CIÊNCIAS SOCIAIS, AMBIENTES E O DEBATE COLONIAL:

UMA INTRODUÇÃO

Aline Radaelli¹
Felipe Vargas²
Lorena Fleury³

Este dossiê temático se insere na interlocução entre dois campos de estudo os quais, até hoje, são conjuntamente muito pouco acionados pelas ciências sociais no Brasil: os campos ambiental e étnico-racial. Cada qual, com efeito, possui suas próprias particularidades históricas, temáticas e teóricas. No que tange a este dossiê, nosso objetivo não é resgatar este histórico e delinear a formação de um corpus acadêmico mais ou menos sólido chamado sociologia ambiental ou de uma etno-sociologia-anthropologia, ainda que isto possa advir como falsa necessidade, ou mesmo efeito de superfície desta exposição. Nosso objetivo segue outra direção: explorar o que a sociologia (em especial) pode vir a ser quando confrontada pela conjugação explícita entre, por exemplo, racismo e extrativismo (SVAMPA, 2011; ATILES-OSORIO, 2013; GREEN, 2014), biodiversidade e espiritualidade (MARTÍNEZ-ALIER, 2004; MONDRAGÓN, 2004), capitalismo fóssil e territórios identitários (GREEN, 2013), plantations e machismo (TSING, 2012; 2016), ciência, ecologia e feminismo (POTTER, 2001; PUELO, 2015), folclore e mercado (CUSICANQUI Y EL COLECTIVO, 2010; CUSICANQUI, 2018).

Em apertada síntese, a sociologia ambiental, assim denominada, emergiu nos Estados Unidos, na década de 1950, a partir da necessidade de equacionar os danos ambientais provocados pela poluição industrial dentro do esquema geral de inteligibilidade onde a sociedade (causa) interfere na natureza (efeito) (CATTON; DUNLAP, 1980; BUTTEL 1992). O pressuposto positivista histórico da análise social onde a hierarquia, a ordem e o progresso, ou seja, os derivados diretos das leis da natureza (causa), determinariam a conduta humana (efeito) seria, então, invertido. Macro conceitos, sociedade e natureza formariam o

No Brasil, no final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, porém, esta necessidade “matemática” ganhou contornos gerais radicalmente diferentes: a eclosão de uma série de conflitos, dizia-se, “em torno dos recursos ambientais”, permitiu a emergência de sujeitos políticos que reivindicavam outras formas de relação com os rios, os animais, as plantas etc. As comunidades tradicionais, historicamente expropriadas de suas terras, seu saber e seus modos de vida, trouxeram à tona uma questão incontornável: de qual sociedade estamos falando quando denunciemos o surgimento de problemas como a contaminação do solo, a escassez de água, o envenenamento de alimentos, o subdesenvolvimento, a pobreza etc.? Tratava-se da ambientalização das desigualdades estruturais que subjazem ao modo de ocupação e exploração do país (ASCEL-RAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Uma bifurcação se faz possível aqui. Não pretendemos um tipo de binarismo que pressupõe a autonomia relativa da trajetória dos estudos ambientais e do debate étnico-racial, ou de uma dialética que criaria uma relação formal entre ambos os campos. Com esta bifurcação, buscamos explicitar algo como uma “dimensão entre” as condições que fazem de um o ponto de partida para a forma a qual o outro pode vir a assumir.

Neste sentido, também em rápida síntese, o que se conheceu como debate colonial emergiu na sociologia caribenha, ou melhor, em um movimento específico de alguns intelectuais caribenhos, em particular Aimé Césaire, em direção ao pensamento senegalês de Léopold Sédar Senghor, na França da década de 1930. A ambos, se juntarão, mais tarde, Frantz Fanon, Édouard Glissant, René Depestre, David Diop,

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia

2 Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia.

3 Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

entre outros. A reverberação política da época se sentia precisamente no esmagamento da condição de sujeito das minorias étnicas, dentre as quais ganha maior interesse para nós os negros e negras advindos dos países colonizados da África e da América Central

Talvez, a expressão mais explícita e afiada deste momento de ruptura seja encontrada em Fanon. Na carta que este escreveu a sua mãe, quando alistado para lutar no front da guerra franco-argelina, em 1941, ele lhe pede: “se eu morrer, por favor, não chore por mim, não diga que eu morri com glória e dignidade; não há nada de glorioso ou digno nesta guerra” (CHERKI, 2000, p. 27 e s.). O sociólogo se referia à estrutura da sociedade colonial escancarada diante de seus olhos: os negros eram os primeiros enviados a morrer numa guerra contra outros negros, travada em nome dos brancos.

Na América Latina, anos mais tarde, em 1980 e 1990, uma vasta gama de autoras e autores trazem à superfície o modo como a organização do mundo em “norte e sul”, “ocidente e oriente”, “desenvolvidos e subdesenvolvidos”, “pobres e ricos”, “moderno e tradicional” etc., opera o encobrimento de um dos polos desta divisão. Trata-se de uma sociedade que estabelece os critérios mediante os quais só uma e nenhuma outra forma de pensar é considerada verdadeira, legítima, válida, qual seja, a divisão racializada do mundo (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGEL, 2007; ALIMONDA, 2011; MARTÍNEZ; FLORENCIO, 2018).² É aqui onde, precisamente, vislumbramos essa “dimensão entre” o ambiental e o étnico-racial.

Não só uma sociedade cuja forma hegemônica de pensamento está na construção de dicotomias problemáticas, mas cujos efeitos perversos deste modelo são sentidos e experimentados na pele apenas por “um dos polos”. Dentre as repercussões deste cenário, a opção analítica mais perspicaz acolhida no caso brasileiro parece ser a da crítica de que o par “sociedade-natureza” é mais uma destas dualidades perigosas que se projeta sob os modos de vida que aqui continuam, teimam em existir.³

1 Para um panorama mais aprofundado, ver FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica. *Sociologias*, ano 16, n.35, pp. 34-82, 2014.

2 Em consonância (intuitiva, por certo, pois as trajetórias históricas que permitem a construção da crítica ao pensamento binário no campo ambiental e colonial são, como mencionamos, distintas) com esta crítica, podemos citar inúmeras outras dicotomias: humano e animal, corpo e alma, sexo e gênero, ciência e política, sociedade e natureza. Todas sofreram, ao longo das últimas décadas, severas contestações desde a perspectiva decolonial. Dentre estas, é a este último para que dedicamos, neste dossiê, maior atenção.

3 Não podemos deixar de mencionar os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) que, com efeito, são os grandes responsáveis pela crítica à divisão sociedade-natureza como constituição ontológica do pensamento europeu disseminado pelo mundo. Para tal, ver o marco seminal de Bruno Latour, *Nous n'avons jamais été modernes* (1991) e o texto *Para além da grande divisão*, de Isabelle Stengers (2003).

ta poderosa dualidade: social para cá, natural para lá.

Não só as críticas à esta divisão do mundo são feitas por perspectivas outras que não a “branca, patriarcal e europeia”, como é justamente tal a denúncia que faz, dentre outras e outros, Dipesh Chakrabarti (2000) ao afirmar que tal visão é situada historicamente desde o movimento de colonização europeu. Fanon (2002), igualmente, já denunciava que o colonial é uma máquina de representar o mundo (simbólica e politicamente) que desterritorializa a relação entre o humano (negro) e a terra. Tomando como aliados os estudos, sobre os mais diversos temas, nos quais as múltiplas formas em formas em que esta dualidade é posta em suspeição (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; 2009; 2017; LIMA 1999; KOPENAWA; ALBERT, 2010; GOLDMAN, 2015; PENAFIEL, 2018; KRENAK, 2019), podemos sugerir que este modo de organização do mundo é uma ontologia colonial que recobre a diversidade e encobre precisamente os “não brancos” como sujeitos que sofrerão primeiro, se não quase que exclusivamente, as consequências desse impondo de fora para dentro na nação, para se exercer de dentro para fora dos sujeitos privilegiados por ela. Junto à “negros e brancos”, portanto, é necessário falar da questão colonial como máquina da branquitude que esmaga outras ontologias, ou seja, outros modos de relação com a terra, os rios, as plantas etc. que não operam a divisão “sociedade-natureza” como verdade universal.

É por tal motivo que entendemos o ambiente não como um meio termo entre “sociedade” e “natureza”, mas, também, como uma questão, isto é, uma categoria prática que interroga o modo como esta divisão se torna inteligível ou não em lugares, contextos e eventos específicos, bem como se faz pesar sob sujeitos, perspectivas e práticas específicas. Toda operação (no pensamento e na ação) de discriminação racial é, portanto, uma operação de exploração ambiental, e vice-versa⁴.

Quintero, Figueira e Elizalde (2019) resumem este apanhado geral convertendo-o, muito claramente, nos seguintes pressupostos:

4 O campo denominado justiça ambiental vem, na última década, abordando precisamente este diálogo. No entanto, o que experimentamos aqui não é atravessado pela grande discussão que permeia este campo: as políticas de distribuição ou reconhecimento. Preferimos optar pela radicalização daquilo que este próprio campo toma como dado: a ideia de justiça. Ainda assim, é evidente que há arestas em comum entre este dossiê e os estudos em justiça ambiental.

1. A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito;
2. A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema-mundo moderno/capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global;
3. A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo;
4. A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados;
5. A subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade;
6. A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade.

A máquina colonial, sugerimos, excede a raça; excede o ambiente. Porém, abre uma “dimensão entre” ambos que necessita, hoje mais do que nunca, de novas formas, digamos, de investimentos de desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1972; 1980). Dicotomização, racialização e expropriação são os requisitos de funcionamento desta máquina.

Daí a necessidade de pluralizar as materialidades e os sentidos. Falar em os ambientes, em conjugação com o investimento crítico sobre a multiplicidade dos modos de existir, excede os critérios deste padrão (acima descrito) cujo privilégio da narrativa do mundo excluiu as categorias, as práticas e as posições que fabricam e fabulam os mundos sob os quais e com os quais nos fazemos sujeitos.

Abre-se, com isso, um novo campo de formulação de problemas: como as lutas étnico-raciais se conjugam com as lutas ambientais? O pode vir a ser a categoria ambiente quando atravessada pelo debate racial? O que pode acontecer à ideia de raça quando tomada pela questão do ambiente? Ao fim e ao cabo, como fazer sociologia diante do acontecimento colonial?

Acreditamos que, hoje, a expressão mais candente destes temas esteja na literatura sobre a “crise ambiental” e o antropoceno (HARAWAY, 2016; LATOUR et al., 2018), bem como nas críticas que ovos e comunidades locais vêm realizando no interior das experiências de vida e luta que a academia latina reúne sob o modo de “el buen vivir” (GUDYNAS, 2011; COLECTIVO CASA, 2015; BAUTISTA, 2017; BELAUNDE, 2017; ACOSTA, 2018).

Em tempos de projeções cada vez mais graves para as mudanças climáticas, de flexibilização das legislações ambientais e de constantes violações de direitos e territórios de povos e populações tradicionais visando a expropriação dos “recursos” ali presentes, faz-se mais que necessário o alinhamento que nós, cientistas sociais, podemos exercer na crítica ao modo pelo qual a civilização industrial, branca, patriarcal e capitalista subalterniza estes sujeitos. Trata-se de, no mínimo, problematizar nossa capacidade de compreensão do mundo, reconhecer nossa participação neste sistema mundo, ampliar nosso olhar para sentir e agir junto à existência de vários outros mundos permeados por outras éticas, conflitos e ambientes, resultantes do encontro entre a multiplicidade de modos de estar na terra.

Em se tratando de um campo ainda inexplorado, os cinco artigos que compõem este dossiê cumprem um objetivo de suma relevância, qual seja, o de especular, de modo inédito, sobre a criação e a formulação de novas questões que se dirigem, em maior ou menor grau, à problemática do diálogo e da conversa entre ambiental e étnico-racial. O dossiê é composto por cinco artigos de mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan-UDESC). Traz debates empíricos e epistemológicos associados a diferentes regiões do país, como Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Pará.

O primeiro trabalho, intitulado “Mirando (r)existências de sujeitos sociais em luta contra a mineração: o caso da Mina Guaiíba”, de Eleandra Koch, é resultado de sua inserção no debate público do licenciamento da obra de megamineração de carvão próxima à Porto Alegre. A autora buscou evidenciar as controvérsias intrínsecas presentes nos discursos e enunciados que propagam o megaprojeto de mineração de carvão, a despeito da recusa deste empreendimento pelos moradores locais diretamente afetados (assentados do Movimento dos Sem Terra e indígenas guarani). Sobressai, aqui, o modo como a técnica moderna polariza e reduz a realidade local à vocação universal da relação do humano com a terra: extirpá-la para progredir.

O segundo artigo, intitulado “Colonialidade, transferência de tecnologia e políticas públicas: diálogo entre as múltiplas facetas da modernidade”, de Evandro de Oliveira Lucas, traz a aproximação dos três conceitos do título por meio de uma revisão de literatura tendo como pano de fundo o rural brasileiro. O autor relaciona colonialidade, agricultura e agendas desenvolvimentistas na composição de processos que contribuíram para o crescente uso de tecnologia visando

produtividade exportável. Sugerimos, aqui, que o ponto de inflexão está no modo como a colonialidade aparece como expressão histórica da relação sociedade-natureza.

O terceiro trabalho, “O discurso ambiental e a crítica à colonialidade no repertório do MST: reorientando o debate da educação do campo e do desenvolvimento rural”, de Maycom Nascimento, discute os sentidos e perspectivas de desenvolvimento rural e da educação no campo para o MST. A partir de sua experiência agroecológica praticada em assentamentos rurais no estado do Pará, o autor lança mão das epistemologias do sul para debater de que maneira a agroecologia tem reorientado a questão ambiental dentro do movimento no contexto amazônico.

Em “O paradigma do bem viver: do desenvolvimento alternativo à alternativas ao desenvolvimento”, Nathan Pereira Dourado retoma as facetas do conceito de desenvolvimento, problematizando suas contradições e controvérsias sob a ótica do paradigma do bem viver. Trata-se da discussão na qual o bem viver emerge como uma possível alternativa ao desenvolvimento por romper a ética implícita à repartição dos homens sobre a terra. Finalizando o dossiê, o quinto artigo, de Gustavo Roretta Pereira intitula-se “Notas sobre a expansividade da ontologia colonial e a degradação socioecológica do estado do Espírito Santo”. Por meio da ideia de expansividade das ontologias coloniais, o texto refletir de que forma ela impede a coexistência de outras ontologias em uma tentativa de convivialidade dos diferentes. Para tanto, o autor traz referências teóricas que interpretaram a relação entre colonialidade e a atual “crise ecológica”, e debate dados da história ambiental do Espírito Santo para relacionar seu estado de “degradação socioecológica” com a colonialidade.

Os cinco artigos aqui reunidos e lidos em conjunto nos apresentam, subjacente, uma perspectiva crítica, precisamente, ao que sugerimos chamar de os três requisitos da máquina colonial (dicotomização, racialização e expropriação). Os textos evidenciam as artimanhas discursivas e práticas daqueles que estabelecem os critérios por meio dos quais nossas vidas devem ser vividas.

Mais do que simplesmente apresentar aos leitores e leitoras novos entendimentos, esperamos que produzir novos alinhamentos, isto é, instigar a todos e todas a busca, em seu cotidiano, de espaços de interlocução e engajamento entre os diferentes, sejam estes espaços institucionais ou não, estejam eles na cidade, no mundo rural, nas florestas e no mar. Na atual conjuntura brasileira, onde as distintas formas de produção de conhecimento se apresentaram “a bola da vez” do aparato de opressão estatal, toda insurreição, todo investimento de desejo, é, ao mesmo tempo, potencialidade de construção de

saberes que refaçam nossos laços com a terra em que pisamos.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2018.

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALIMONDA, Hector (org.). La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ATILES-OSÓRIA, José M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las muevilizaciones puetorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. Revista Crítica de Ciencias Sociales, n. 100, p.131-152, 2013.

BAUTISTA, Rafael. Del mito del desarrollo al horizonte del vivir bien: por qué fracasa el socialismo en el largo del siglo XX? Bolívia: Yo soy si Tu eres, p. 199-219, 2017.

BELAUNDE, Maria Elvira. Viver bem e a cerâmica: técnicas artefatuais e sociais na Amazônia. Revista de Antropologia da UFSCAR, n. 9(2), jul/dez, pp.185-200, 2017.

BOUTELDJA, Houria. Les blancs, les juifs et nous: vers une politique de l'amor révolutionnaire. Paris: La fabrique éditions, 2016.

BUTTEL, Frederick H. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. Perspectivas, São Paulo, n. 15, p. 69-94. 1992.

CASTRO-GOMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. A New Ecological Paradigm for Post- Exuberant Sociology. American Behavioral Scientist, vol. 24, n. 1, set./oct., p. 15-47, 1980.

CHAKRABHARTI, Dipesh. Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference. Chicago: Princeton University Press, 2000.

CHERKI, Alice. Frantz Fanon: portrait. Paris: Éditions Seuil, collection Biographie, 2000.

COLECTIVO CASA. La tierra es nuestra madre el agua es nuestra leche. La defensa de la madre tierra y del agua como estrategia de lucha contra la violencia medioambiental contra las mujeres. Bolívia: Colectivo Casa, p. 61-92, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente em crisis. Buenos Aires, Tinta Limón, 2018.

CUSICANQUI, Silvia; EL COLECTIVO. Principio Potosí Reverso. Madrid: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. L'anti edipe. Capitalisme et Schizophrénie I. Paris: Éditions Le Minuit, 1972.

_____. Mille plateaux. Capitalisme et Schizophrénie II. Paris: Éditions Le Minuit, 1980.

FANON, Frantz. Les damnés de la terre. Paris: La découverte et Syrios, 2002.

FLEURY Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica. Sociologias, ano 16, n.35, pp. 34-82, 2014.

GOLDMAN, Márcio. Quinhentos anos de contato: por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem. Mana, vol. 21, n.3, pp. 641-659, 2015.

GREEN, Lesley. Fracking, oikos and omics in the Karo: reimagining South Africa's reparative energy policy. Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia. Disponível em <<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/lesley-green.pdf>>, 2013.

_____. Ecology, race and the making of environmental publics: a dialogue with Silent Spring in South Africa. Resilience: a journal of environmental humanities, vol. 1, n.2, p. 2014.

GUDYNAS, Eduardo. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del buen vivir. In:

FARAH, Ivone; VASAPOLLO, Luciano. Vivir bien: paradigma no capitalista? Bolívia: CIDES-UMSA y Plural, p.231-246, 2011.

HARAWAY, Donna. Staying with the trouble: making kin in the chthulucene. Carolina do Norte: Duke University Press, 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. La chute du ciel: paroles d'un chaman yanomami. Paris: Terre Humain, Plon, 2010.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. Nous n'avons pas jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique. Paris: Éditions La découverte, 1991.

_____; STENGERS, Isabelle; TSING, Anna L.; BUBANDT, Nils. Anthropologists are talking about capitalism, ecology and apocalypse. Ethnos, vol. 83, n.3, pp. 587-606, 2018.

LIMA, Tânia S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 40, pp. 43-52, 1999.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguaje de valoración. Barcelona: Icaria Antrazit-Flacso, 2004.

MARTÍNEZ, Elias David Morales; FLORENCIO, Jesús Girão. El debate sobre decolonialidad, aspectos indígenas y medio ambiente en América Latina: un análisis sobre el estado del arte. Foro Internacional, n.231, pp. 131-160, 2018.

MONDRAGÓN, Carlos. Of winds, worms and Mana: the traditional calendar of the Torres Islands, Vanuatu. Oceania, n. 74, pp. 289-308, 2004.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. Sobre o que cantam as mulheres camponesas e ronderas de Cajamarca? Ambiente & Educação, vol. 23, n. 1, pp. 79-99, 2018.

POTTER, Elizabeth. Gender and Boyle's law of gases. Indiana: Indiana University Press, 2001.

PUELO, Alicia H. Ecología y género en diálogo interdisciplinar. Madrid: Plaza y Valdez Ediciones, 2015.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. MASP Afterall #3. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019. Disponível em <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QEILhobgtE4M-bkZhc8Jv.pdf>>. Acessado em dezembro de 2019.

STENGERS, Isabelle. Para além da grande divisão: tornemo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura: Um discurso sobre a ciência, 2003.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor. La naturaleza colonizada. Buenos Aires: CLACSO, p. 181-215, 2011. TSING, Anna Lowenhaupt. On nonscalability: the living world is not amenable to precision-nested scales. Common knowledge, vol. 18, issue 3, p.505-524, 2012.

_____. A feminist approach to the Anthropocene: earth stalked by man. Palestra apresentada no Bernard College. Novembro, 2016. Disponível em: <<https://kjmcl.wordpress.com/2016/01/01/a-feminist-approach-to-the-anthropocene-earth-stalked-by-man/>>. Acessado em janeiro de 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, vol. 2, n.2, pp. 115-144, 1996.

_____. A floresta de cristal. Notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. *CADERNOS de Campo*, n14/15, pp. 319-338, 2006.

_____. *Métaphysiques cannibales*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.